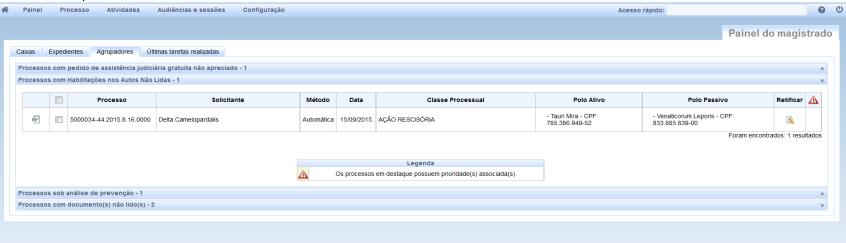
AGRUPADORES

Processos com habilitação nos autos não lidas

Nesse agrupador, são exibidos os pedidos de habilitação nos autos não lidos.

Para cada pedido de habilitação nos autos não lidos, são exibidas as seguintes informações: ícone em permitindo o detalhamento do processo

- caixa de seleção permitindo a seleção de um ou mais pedidos para atuação
- Processo número do processo
- Solicitante Usuário que solicitou a habilitação
- Método Automática ou Manual
- Data
- Classe Processual
- Polo Ativo
- Polo Passivo
- Retificar ícone permitindo a retificação do processo (ver regra RN573).
- Prioridade processual



Regra	Descrição da regra	Itens relacionados
		Funcionalidades:
Marcação de	Ao selecionar a opção de retificação, mesmo não sendo finalizada a retificação, a marcação do	
retificação	documento será alterada para que fique registrado que ele foi retificado.	Retificar do agrupador "Processos com
		habilitação nos autos não lida"

Processos em análise de prevenção

Exibe todos os processos que tenham processos filhos associados, cujo tipo de associação seja uma prevenção apontada anteriormente e ainda não validada. Os processos previamente avaliados pelo assessor que tiverem minuta de documento vinculada à avaliação aparecerão com esse indicativo, de forma a facilitar a atuação do magistrado. A assinatura do magistrado na minuta confeccionada pelo assessor também pode ocorrer através de outra opção do sistema onde o documento seja exibido. Para que o processo seja considerado válido, a regra RN364 deve ser observada. Para realizar a configuração de acesso ao agrupador, verificar a regra RN539.

Para o caso do servidor, todos os processos que tenham processos filhos associados cujo tipo de associação seja uma prevenção apontada anteriormente e ainda não validada. O assessor consegue confirmar ou declinar provisoriamente a situação de prevenção, minutando o ato do magistrado, que o confirmará posteriormente. O processo sairá do agrupador quando validado pelo magistrado.



Regra Descrição da regra

Itens relacionados

A prevenção deve ser acusada quando um critério de prevenção, apurado a partir das informações do processo submetido à análise, aponta a existência de um ou mais processos já existentes que se encaixam no critério.

Os critérios de prevenção podem ser "indicativo de prevenção" ou "determinante de dependência".

Caso um processo apresente um "indicativo de prevenção", o sistema deverá registrar avisos tanto no processo novo quanto no antigo possível prevento. Por exemplo, quando o PJe acusa a possibilidade de prevenção entre dois processos haverá o registro de uma "conexão" entre o primeiro processo e o segundo, assim como o registro de outra conexão entre o segundo processo e o primeiro. Se os processos tramitam no mesmo órgão, quando o magistrado analisar um deles, ambos deixarão de exibir alertas, devido ao fato de que os dois processos tramitam no mesmo órgão. Quando a prevenção é entre processos de juizados diferentes, a análise e despacho registrado num processo/juizado não afeta o processo do outro órgão julgador. Desta forma, cada magistrado de cada órgão julgador irá realizar a sua analise prevenção em seus processos. A exceção para o comportamento de registro da prevenção nos dois processos ocorre quando pelo menos um dos processos for sigiloso, caso em que deverá ser seguida a regraRN373.

Identificação da prevenção

Caso um processo apresente prevenção com critério "determinante de dependência", o processo deverá ser distribuído ao juízo a que pertence o processo paradigma.

A verificação de prevenção deve ignorar processos judiciais novos cujas classes sejam marcadas como impassíveis de prevenção.

RN373

Regra Descrição da regra

Avisos de possíveis preventos em processos que

tramitam em segredo de justiça

Quando verificada prevenção em relação a processos sigilosos, os avisos de

a) se ambos forem sigilosos, registrar o aviso apenas no processo mais antigo;

prevenção serão registrados segundo as seguintes regras:

b) se o processo novo for sigiloso e o antigo não for, registrar o aviso apenas no

Itens relacionados

Funcionalidades: Prevenção

processo sigiloso;

c) se o processo novo for público e o antigo for sigiloso, registrar o aviso apenas no processo mais antigo .

EXPEDIENTES

Pendentes

São exibidos os expedientes cujo meio de envio é "Enviar Via Sistema" (é a comunicação por meio eletrônico na forma da Lei n. 11.419/2006) **ou** "Correios" (é a comunicação por correspondência) e as condições de entrada e saída de expedientes neste agrupador são detalhadas a seguir.

Quando o expediente "entra" no agrupador 'Pendentes'?

Quando o expediente não possui data de ciência e tem prazo (isto é, a quantidade de dias para o prazo processual legal da parte é maior que zero).

Quando o expediente "sai" do agrupador 'Pendentes'?

- Quando o advogado ou a parte tomar ciência.
 - OU
- Quando o prazo de 10 dias se esgotar, neste caso, o envio deve ter sido "Enviar Via Sistema".
 OU
- Quando o servidor do tribunal registrar a ciência, neste caso, o envio deve ter sido "Correios".

Referência: Regra RN386



Regra Descrição da regra

Itens relacionados

Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa. No Distrito Federal e nas Capitais dos Estados e dos Territórios, consideram-se feitas as intimações pela só publicação dos atos no órgão oficial. As intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais e aos advogados pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Far-se-á a intimação por meio de oficial de justiça quando frustrada a realização pelo correio. Os prazos correrão a partir da ciência. A ciência ocorrerá:

- quando a citação ou intimação for pelo correio, da data de juntada aos autos do aviso de recebimento, utilizando-se o conceito de presunção de recebimento. O advogado pode dar ciência no expediente, além disso, o sistema oferece duas formas de contar data de ciência e fim do prazo legal, conforme as situações abaixo:
 - a) Presunção legal parametriza-se o sistema de modo que um prazo máximo de dias seja estabelecido para ciência automática. Pode-se configurar um prazo máximo para o órgão julgador dentro do qual o expediente foi produzido. Exemplificando, para configurar um sistema de modo a se dar ciência automática para todos os expediente do tribunal, seta-se o parâmetro "presuncaoEntregaCorrespondencia" com o valor corresponde à quantidade de dias que deve transcorrer para ciência automática, a partir da criação do expediente.

b) Manualmente pelo usuário - após a criação do expediente, o servidor do órgão julgador pode ir até a aba de expedientes no painel do usuário e dentro do agrupador "Expedientes físicos sem registro de intimação", selecionar o expediente desejado e cadastrar informações relativas ao Aviso de Recebimento (AR). Uma vez que isso seja feito, a data de ciência e fim do prazo legal, bem como a informação de quem confirmou o recebimento devem ser setadas no expediente.

- quando a citação ou intimação for por oficial de justiça (meio de comunicação "central de mandados"), da data de juntada aos autos do mandado cumprido;
- quando houver vários réus, da data de juntada aos autos do último aviso de recebimento ou mandado citatório cumprido;
- quando o ato se realizar em cumprimento de carta de ordem, precatória ou rogatória, da data de sua juntada aos autos devidamente cumprida;

Ciência de intimação

quando a citação for por edital, findo o prazo estabelecido pelo juiz, que corre a partir da primeira publicação.

As intimações podem ser feitas de forma eletrônica. A ciência pode ser:

- ficta, ou seja, assumida, para os casos de presunção de recebimento (exemplos: registro do AR, ciência eletrônica, conforma regra RN384);
- ou concreta, quando registrada pelo cientificado, independente se por meio eletrônico ou não

Expedientes físicos sem registro de intimação

São exibidos os expedientes cujo meio de envio é "Correios" (é a comunicação por correspondência) e as condições de entrada e saída de expedientes neste agrupador são detalhadas a seguir.

Quando o expediente "entra" no agrupador 'Expedientes físicos sem registro de intimação'?

Quando não tem registro de ciência para o expediente e, além disso, o expediente pode ter ou não prazo.

Quando o expediente "sai" do agrupador 'Expedientes físicos sem registro de intimação'?

- Quando o servidor do tribunal registrar a ciência.
 OU
- Quando o servidor do tribunal registrar o fechamento do expediente (para os expedientes com prazo), conforme regra RN510 .
 OU
- Quando decorrer o período de espera máxima (para os expedientes sem prazo), conforme explicado na regra RN347.

Como referência, o registro de ciência de intimação de forma geral é determinado pela regra RN386.



Regra	Descrição da regra	Itens relacionados
Registro da ciência para expedientes físicos	"Recebido" de acordo com as opções da regra RD102. O campo data de recebimento do resultado do AR, (anteriormente chamado de data de recebimento) deve ser de preenchimento obrigatório para todos os resultados	
	Para resultados diferentes de "Recebido", o expediente deve ser fechado.	para expedientes físicos.

Confirmadas pelo destinatário e dentro do prazo

São exibidos os expedientes desconsiderando o meio de envio e as condições de entrada e saída de expedientes neste agrupador são detalhadas a seguir.

Quando o expediente "entra" no agrupador 'Confirmadas pelo destinatário e dentro do prazo'?

 Quando o expediente possui data de ciência registrada pelo destinatário e tem prazo (isto é, a quantidade de dias para o prazo processual legal da parte é maior que zero), porém somente quando o prazo está em curso.

Quando o expediente "sai" do agrupador 'Confirmadas pelo destinatário e dentro do prazo'? Quando decorrido o prazo processual.



Confirmadas pelo PJe e dentro do prazo

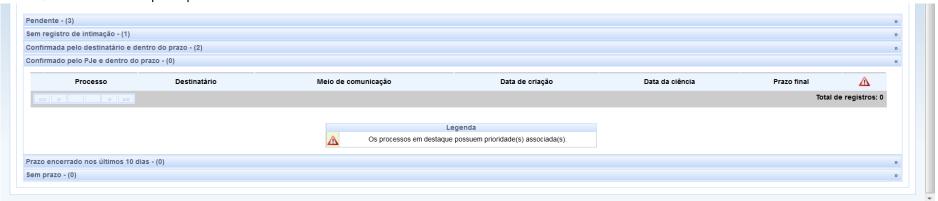
São exibidos os expedientes desconsiderando o meio de envio e as condições de entrada e saída de expedientes neste agrupador são detalhadas a seguir.

Quando o expediente "entra" no agrupador 'Confirmadas pelo PJe e dentro do prazo'?

Quando o expediente possui data de ciência registrada pelo sistema PJe (ou seja, o sistema deu ciência automática) e ainda está com prazo (isto é, a quantidade de dias para o prazo processual legal da parte é maior que zero), porém somente quando o prazo está em curso.

Quando o expediente "sai" do agrupador 'Confirmadas pelo PJe e dentro do prazo'?

Quando decorrido o prazo processual.



Prazos encerrados nos últimos 10 dias

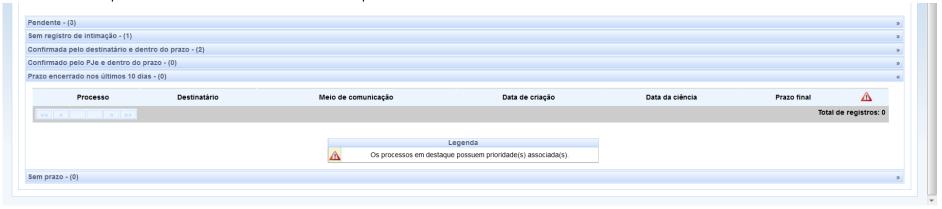
São exibidos os expedientes desconsiderando o meio de envio e as condições de entrada e saída de expedientes neste agrupador são detalhadas a seguir.

Quando o expediente "entra" no agrupador 'Prazos encerrados nos últimos 10 dias'?

Quando o expediente tem prazo e o prazo foi encerrado nos últimos 10 dias e não existe resposta para o expediente.

Quando o expediente "sai" do agrupador 'Prazos encerrados nos últimos 10 dias'?

Quando ultrapassar mais de 10 dias do encerramento do prazo.



Sem prazo

São exibidos os expedientes cujo meio de envio é "Enviar Via Sistema" (é a comunicação por meio eletrônico na forma da Lei n. 11.419/2006) e as condições de entrada e saída de expedientes neste agrupador são detalhadas a seguir.

Quando o expediente "entra" no agrupador 'Sem prazo'?

Quando o expediente não tem prazo (isto é, a quantidade de dias para o prazo processual legal da parte é igual a zero).

Quando o expediente "sai" do agrupador 'Sem prazo'?

Quando decorrer o período de espera máxima conforme explicado na regra RN347.



Regra Descrição da regra

Fechamento de expedientes sem prazo

A intimação sem prazo acontece quando o valor do prazo vinculado é zero. A parte intimada poderá notificar ciência e se manifestar normalmente. Se a resposta não for dada e o parâmetro esperaMaximaSemPrazo não tiver sido configurado, ao término de 30 dias o sistema dará o expediente como fechado. O valor de 30 dias pode ser alterado através da configuração do parâmetro citado.

Itens relacionados

Funcionalidades: Verificação periódica; Agrupamentos de expedientes